

## A Legião Brasileira de Assistência na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)<sup>I</sup>

---

Naédja da Silva<sup>II</sup>

Dilton Cândido S. Maynard<sup>III</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar as campanhas, ações e serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA) de Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945). A Legião foi criada em decorrência da entrada do Brasil na guerra, sua finalidade declarada foi assistir as famílias dos soldados convocados, para tanto, operou nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Neste período, a Comissão Central da LBA foi dirigida por Darcy Sarmanho Vargas, primeira dama da República. Em Sergipe, a gestão da Comissão Estadual ficou a cargo da então primeira dama do Estado, Helena Nobre Maynard Gomes. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, utilizamos como fonte os jornais *Diário Oficial do Estado de Sergipe* (de setembro a outubro de 1942), *Correio de Aracaju* (1943 a 1945), *Folha da Manhã* (de agosto a dezembro de 1942) e *Sergipe Jornal* (1944 a 1945)

**Palavras chaves:** Comissão Estadual da LBA. Sergipe. Segunda Guerra Mundial. Mulher.

### The Brazilian Legion of Assistance in Second World War (1942-1945)

**Abstract:** The following work has the objective of analyze campaigns, actions and services developed by the Brazilian Legion of Assistance (BLA) from the state of Sergipe during Second World War (1942-1945). The Legion was created due to Brazil getting involved in the war, its purpose was to assist the soldiers families and, for that, operated on national, state and city territory. In this period of time, the Central Commission from BLA was directed by Darcy Sarmanho Vargas, first lady of the republic. In Sergipe, the management for State Commission was headed by Helena Nobre Maynard Gomes, first lady of the state. For the development of this research, we use as sources the papers *Diário Oficial do Estado de Sergipe* (September to October, 1942), *Correio de Aracaju* (1943 to 1945), *Folha da Manhã* (August to December, 1942) and *Sergipe Jornal* (1944 to 1945).

**Key words:** State commission of BLA. Sergipe. Second World War. Women.

Artigo recebido em 20/11/2018 e aceito em 15/01/2019

# A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

## Introdução

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi o órgão responsável por organizar e institucionalizar a assistência social no Brasil<sup>IV</sup>. Foi criada em 28 de agosto de 1942, sob inspiração da então primeira-dama da república, Darcy Sarmanho Vargas e como iniciativa da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria. Esta instituição teve como objetivo principal prestar assistência às famílias dos soldados convocados para a Segunda Guerra Mundial.

A LBA funcionou nos âmbitos nacional, estadual e municipal – através da Comissão Central (CC), Comissões Estaduais (CE) e Centros Municipais (CM), respectivamente. Em todas essas esferas a presidência esteve a cargo, sobretudo, das primeiras-damas, que formavam a equipe diretiva das Comissões e Centros em parcerias com as organizações comerciais e industriais locais. A principal força de trabalho da Legião foi a mão-de-obra feminina que compôs o corpo de voluntárias da LBA.

Em Sergipe, a atuação da LBA teve início ainda em 31 de agosto de 1942, com a fundação da CE, sob a presidência de Helena Nobre Maynard Gomes, esposa do então interventor federal Augusto Maynard Gomes. Neste texto analisaremos atividades de campanhas, ações e serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual da LBA de Sergipe durante a Segunda Guerra, procurando perceber as colaborações e parcerias que esta instituição captou para o movimento e como o processo de desestruturação do Estado Novo refletiu sobre sua imagem. Para tanto, utilizamos como fonte os jornais *Diário Oficial do Estado de Sergipe* (de setembro a outubro de 1942), *Correio de Aracaju* (1943 a 1945), *Folha da Manhã* (de agosto a dezembro de 1942) e *Sergipe Jornal* (1944 a 1945).

## Campanhas e Ações da CE de Sergipe desenvolvidas durante a Segunda Guerra Mundial

As Comissões Estaduais e Centros Municipais tinham sua equipe diretiva composta por uma presidente, um secretário, um tesoureiro e quatro vogais<sup>V</sup>. Em Sergipe, os primeiros gestores da CE foram: “Presidente – D. Helena Maynard; Secretário – Manuel M. de Almeida; Tesoureiro – Carlos Melo de Silveira. Vogais: Maximino Ribeiro – Torquato Fontes – Walter do Prado Fontes – Joaquim Sabino Ribeiro<sup>VI</sup>”.

A Comissão Central tinha a função de orientar, dirigir e coordenar as Comissões Estaduais. Estas, por sua vez, orientavam, dirigiam, coordenavam e expediam as normas que regiam os Centros Municipais<sup>VII</sup>. Aos CM cabia a execução direta dos serviços da LBA, sendo responsáveis pela matrícula das famílias dos soldados, que deviam “receber assistências moral, sanitária, educacional e econômica, na forma de programa da Legião<sup>VIII</sup>”. Os Centros também eram responsáveis pela inscrição do voluntariado, principalmente o feminino.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as ações da LBA foram de caráter campanhista, visando principalmente angariar doações da sociedade. Ao que tudo indica, a primeira campanha desenvolvida pela Comissão Estadual da LBA de Sergipe, envolvendo todos os municípios do estado foi a “Campanha 10 de novembro”, divulgada em 03 de outubro de 1942. Em nota publicada, a CE apelou “para o espírito de solidariedade e patriotismo da mulher sergipana” no intuito de obter sua colaboração para essa campanha, que tinha como finalidade a aquisição de lençóis, fronhas e roupa de criança até 10 anos de idade. Segundo instruções da Comissão, cada família deveria oferecer, já confeccionado e com a marca da LBA, uma unidade de cada peça solicitada<sup>IX</sup>.

## A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

Os lençóis e fronhas deveriam ser de “algodãozinho ou braman” e ter, respectivamente, as dimensões 2,20 m x 1,50 m e 0,60 m x 0,60 m, buscando assim garantir que essas peças mantivessem uniformidade. Cada pessoa que contribuísse com a campanha teria seu nome recolhido para ser incluso num livro especial da LBA. Após apresentar as instruções gerais, a diretoria da CE concluiu a nota com a seguinte mensagem:

A Comissão Estadual, confiada nas qualidades cívicas do nosso povo, espera não ser necessário nenhum entendimento verbal ou por escrito, para a contribuição espontânea que deve caber a todos, em favor desta grande campanha de finalidade assistencial em benefício das famílias dos nossos irmãos convocados para a defesa da Pátria<sup>X</sup>.

A nota foi escrita no sentido de mostrar que esse apelo deveria ser respondido de forma “espontânea”, mas fica implícito na mensagem a obrigatoriedade dessa atuação como um gesto de “solidariedade e patriotismo”, um exemplo de “qualidade cívica”, em outras palavras, cooperar com país era um dever patriótico que todos deveriam cumprir.

Segundo o *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, nos atos de inauguração dos Centros Municipais era comum a divulgação dessa campanha. O professor Acrísio Cruz (encarregado pelo interventor federal do estado para auxiliar a CE), quando participava desses atos, além de apontar os objetivos da LBA e explicar sobre como o Centro deveria desenvolver seu plano de ação, também divulgava e dava instruções sobre a “Campanha 10 de novembro”. Conforme podemos observar a seguir:

Ao terminar, o Prof. Acrísio Cruz tratou da Campanha pró aquisição de lençóis, fronhas e roupetas e obteve o compromisso de grande número de senhoras, senhoritas e cavalheiros presentes, que, por sua vez, se comprometeram a fazer a propaganda da campanha entre as famílias residentes no município<sup>XI</sup>.

Essa campanha também contou com a colaboração do magistério público. Para tanto, o Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, José Rollemberg Leite, através da Portaria nº 204, de 05 de outubro de 1942, determinou que os horários de trabalhos manuais da Escola Normal “Rui Barbosa” e das seções femininas dos estabelecimentos de ensino primário fossem aproveitados para a confecção de lençóis, fronhas e roupas para crianças em conformidade com as orientações da LBA. Também foi estabelecido que cada unidade escolar teria uma cota mínima de peças confeccionadas, determinada pela Inspeção Geral do Ensino, que foi encarregada de expedir as instruções necessárias<sup>XII</sup>.

Assim, exemplificando a parceria do Estado com a LBA, o Governo Estadual usou do seu poder para direcionar as alunas desses estabelecimentos de ensino ao trabalho voluntário em favor da Legião. Não obstante, como já observamos, havia uma pressão propagandística: todas as pessoas, principalmente as mulheres, tinham o dever patriótico de colaborar com o movimento no esforço de guerra. Diferente de outros países, como os EUA, nos quais as mulheres foram chamadas a ocupar os lugares vagos pelos homens que foram à guerra, no Brasil, as mulheres foram direcionadas a contribuir no esforço de guerra por meio de ações no campo da assistência social<sup>XIII</sup>.

Coube aos CM divulgar a campanha e receber as peças doadas pela população do interior. Na capital, as peças deveriam ser entregues nos postos da LBA, conforme publicado no D.O:

Posto N. 1 – Palácio do Governo.  
Posto N. 2 – Ordem 3ª de S. Francisco  
Posto N. 3 – Grupo Escolar “José Augusto Ferraz”  
Posto N. 4 – Grupo Escolar “General Valadão”

## A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

Posto N. 5 – Grupo Escolar “General Siqueira”  
Posto N. 6 – Grupo Escolar “Barão de Maroin”  
Posto N. 7 – Grupo Escolar “Dr. Manuel Luiz”<sup>XIV</sup>

Como o próprio nome da campanha adiantara, a data limite para a entrega das peças costuradas era 10 de novembro de 1942. No entanto, conforme foi noticiado pela *Folha da Manhã*, a campanha precisou ser adiada na capital, “afim de que a digníssima presidente da Comissão Estadual, D. Helena Nobre Maynard”, assistisse “pessoalmente ao grande movimento de ofertas<sup>XV</sup>”. A nova data seria 15 de novembro, mas acabou sofrendo outra alteração:

Enfim, amanhã, dar-se-á em nossa risonha capital um espetáculo inédito. A entrega de lençóis, fronhas e roupetas, ofertas da família sergipana à Legião Brasileira de Assistência (...) Aguardemos pois o dia de amanhã para bater palma aos anjos da caridade sergipana que, mais uma vez vão manifestar aos nossos olhos a sua proverbial generosidade<sup>XVI</sup>.

Infelizmente não conseguimos obter informações sobre como foi o evento no dia 19, nem do quantitativo de peças que foram arrecadadas. Porém, em 20 de janeiro de 1944, o *Correio de Aracaju* noticiou que a Divisão de Costura da CE possuía em estoque 3.500 lençóis e 3.500 fronhas à espera do embarque das topas – possivelmente uma fração desses lençóis tenha sido resultante da Campanha 10 de Novembro. É válido ressaltar que, embora as atividades de costuras tenham sido uma das primeiras solicitações de Darcy Vargas para todas as CE, essa campanha, com essa nomenclatura/prazo, parece ter ocorrido apenas em Sergipe.

Uma campanha que ocorreu a nível nacional foi a campanha dos “Livros para o Combatente”. Conforme Simili<sup>XVII</sup> esta campanha tinha como finalidade a adquirir, junto à população, livros, revistas e publicações, para que fossem criadas “bibliotecas ambulantes” para os soldados. Essas bibliotecas foram pensadas no formato da “*bibliothèque du soldat* do Estado Maior do Exército suíço, durante a ocupação da fronteira entre 1914 e 1919<sup>XVIII</sup>”. Na versão da LBA, as bibliotecas ambulantes eram desenvolvidas em caixas-estantes com capacidade para cerca de 50 livros, a maior parte desses eram romances, mas também haviam outros gêneros como história, geografia, biografias, viagens e ciências.

Em Sergipe, para coordenar essa campanha a CE criou a “Comissão Executiva Pró-Livro para o Combatente”, presidida pelo intelectual Epifânio Dória. Segundo o *Correio*, a época da notícia, vários livros já haviam sido doados para essa Comissão, mas foi registrado o desejo de que as doações se multiplicassem, uma vez que, conforme o discurso, “o soldado precisa de livros. Nos intervalos da luta, nos tempos de repouso dos duros combates, o livro é o amigo que distrai, cultiva e, sobretudo, na sua língua, nas suas sugestões, acentua a lembrança da Pátria, o espírito do povo por cuja sobrevivência o soldado foi combater<sup>XIX</sup>”

O comerciante Shakespeare Andrade doou para essa campanha 15 obras em 15 volumes, entre estas estavam dois “magníficos livros do grande industrial norte-americano Henrique Ford, MINHA VIDA E MINHA OBRA e HOJE E AMANHÃ, onde se encontram grandes ensinamentos para a vida prática<sup>XX</sup>”. Sabemos que a influência norte-americana no campo político e cultural do Brasil durante o Estado Novo é objeto de muitas pesquisas, mas, no momento, vamos nos deter ao gesto do senhor Andrade: ao ter seu nome e ação divulgados, o comerciante tornou-se um exemplo a ser seguido pelos demais cidadãos. Percebe-se assim, que uma das intencionalidades da notícia foi chamar as demais pessoas para colaborar com a campanha; a outra, pode ter sido a promoção do comerciante, da sua família e da sua categoria.

Junto à notícia da colaboração de Shakespeare Andrade, o *Correio* informou que a CE já havia enviado a primeira estante de livros às forças armadas e não tardaria o envio da

## A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

segunda. De acordo com as pesquisas de Simili<sup>XXI</sup>, os livros chegavam aos soldados através da visita da biblioteca ambulante, que ficava em cada tropa por aproximadamente um mês:

Depois, seguia um itinerário preestabelecido: percorria dois ou mais corpos vizinhos, os livros eram posteriormente devolvido à sede para a recomposição da biblioteca. Cada vez que a biblioteca se deslocava, os livros eram vistoriados. Com a biblioteca, era anexado um questionário que os soldados deveriam responder sobre a leitura. Com o conhecimento dos gêneros apreciados pelos soldados, era possível adaptar o acervo da biblioteca aos gostos dos soldados<sup>XXII</sup>.

Ainda segundo Simili, embora não haja informações quanto ao número de mulheres envolvidas no “projeto da biblioteca”, existe a possibilidade de que as legionárias tenham sido bibliotecárias na e da Legião, visto que, para o desenvolvimento desse projeto foram necessárias atividades como catalogação e controle de livros.

Em 2 de julho de 1944, a primeira expedição da Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi enviada para o *front*, com 5.075 soldados – Ao todo foram 25.300 soldados brasileiros enviados a Itália, desse total, aproximadamente 300 eram sergipanos (OLIVEIRA, 2016). A partir daí, as estratégias assistências em relação aos soldados sofreram algumas mudanças. Para incentivar os soldados a escreverem para suas famílias, ganha força a “Campanha das Madrinhas dos Combatentes Brasileiros”, lançada em agosto de 1944, no Rio de Janeiro, criada por Darcy Vargas, como uma iniciativa que pretendia levar aos soldados “um pouco de conforto em meio às naturais apreensões, angústias e saudades da pátria que ficou distante<sup>XXIII</sup>”.

Essa campanha objetivava estimular as mulheres a “amadrinhar” os expedicionários, de modo a estarem em constante correspondência com eles, atendendo-os no que fosse possível. Nessa campanha, o uso de cartas foi pensado “como meio de abrandar a saudade e a tristeza dos soldados, causada pela distância e quando estavam enfrentando um front de guerra<sup>XXIV</sup>”. Segundo Barbosa (2017), entre os pedidos feitos às madrinhas, através das cartas, cigarros eram os que mais se sobressaíam. Em Sergipe, não foi possível conhecer como foi desenvolvida a Campanha das Madrinhas dos Combatentes Brasileiros (se foi desenvolvida) – nos jornais, as notícias aparecem apenas a nível nacional (ou, mais precisamente, Rio de Janeiro).

A LBA também desenvolveu “Campanhas de Presentes de Natal”. A partir do *Correio* foi possível perceber a movimentação da CE de Sergipe no sentido de promover um natal para as famílias assistidas: No natal de 1943, “D. Helena distribuiu 1 ração alimentar dobrada para as 1.500 famílias dos soldados; 1 pasta, 1 escova e 1 sabonete a 1.500 soldados; 350 roupetas, 350 brinquedos e 350 saquinhos de bombons a filhos de soldados e 143 roupetas a outras crianças pobres” e “a 41 filhas de pescadores da Atalaia Nova<sup>XXV</sup>”. Em 1944, a CE organizou o “Natal do Combatente”, para auxiliar e confortar as famílias dos soldados<sup>XXVI</sup>.

### A comissão estadual e os benfeitores sergipanos no esforço de guerra

A Comissão Estadual de Sergipe também mobilizou o empresariado local e desenvolveu eventos com o intuito de arrecadar doações para a LBA. Foram recebidas doações em dinheiro, em serviços e ainda em tecidos e materiais de costura para os postos. Geralmente as pessoas e instituições que contribuía para o movimento tinham seus nomes registrados em “livros especiais” e divulgados nos jornais – eram os benfeitores da pátria que serviriam de modelos para os demais.

Uma das primeiras solicitações de Darcy Vargas as CE foi a instalação de postos de

## A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

“centros de costura para confecções de lençóis e fronhas para hospitais e vestuários para crianças, até 10 anos<sup>XXVII</sup>” possivelmente desse pedido nasceu a Campanha 10 de Novembro. Além de mobilizar as voluntárias e organizar os centros de costura, a CE, na pessoa de Helena Maynard, também fez um apelo às famílias sergipanas e aos industriais, no sentido de contribuir com produtos têxteis.

Esse apelo parece ter sido bem atendido pelos sergipanos e sergipanas. Em 17 de setembro de 1942, o *Diário* informou que Melícia Gomes de Lacerda, diretora da Escola de Corte e Costura “Santa Teresinha”, disponibilizou os serviços da instituição para a CE. Dias depois, o diretor do Instituto Profissional “Coelho e Campos”, Monsenhor Carlos Costa, colocou à disposição da Comissão “seus amplos salões para fundação [de] centro de costuras e confecção de roupas<sup>XXVIII</sup>”.

As fábricas de tecidos do estado também atenderam ao pedido da presidente da CE. No dia 23 de setembro de 1942, a Comissão divulgou telegramas nos quais as seguintes fábricas confirmavam sua contribuição para a Legião: Ribeiro Chaves Cia (Aracaju), Companhia Industrial S. Gonçalo SA (São Cristóvão), Vanderley Antunes & Cia (Neópolis), Pedro Amado & Cia (São Cristóvão), Britos & Cia (Propriá), Peixoto Gonçalves & Cia (Neópolis)<sup>XXIX</sup>.

Também foi registrada a contribuição das professoras do Educandário da Imaculada Conceição, que “num gesto dignificante, digno de aplausos, entregaram a Presidente da ‘Legião Brasileira de Assistência’ toda a quantia que deveriam ter gasto com as festividades de formatura, para o custeio da guerra<sup>XXX</sup>”.

Instituições e sociedades civis também desenvolveram campanhas em benefício da Legião. No Dia do Jornalista, em sessão comemorativa, a Associação Sergipana de Imprensa (ASI) propôs o lançamento de uma campanha visando angariar contribuições dos consórcios e da população em geral em benefício da LBA<sup>XXXI</sup>.

A CE também contou com a colaboração do operariado sergipano, em seus diversos órgãos de classe. O Sindicato dos Estivadores em Aracaju promoveu a “Campanha de Ajuda ao Soldado Combatente Brasileiro”, para essa foi constituída uma comissão responsável, formada pelos seguintes membros: Manuel Francisco de Oliveira, Jucundino Rodrigues de Menezes e Manuel Sales de Santana. O presidente do sindicato, Manuel Marinho, endereçou ao Interventor Augusto Maynard Gomes um comunicado a fim de buscar orientação sobre para onde deveria enviar os donativos arrecadados pela campanha. Em resposta, o interventor informou que os donativos poderiam ser depositados na CE, “depósito esse que, escriturado em conta especial”, teria “a conveniente aplicação, quando recebidas as instruções da entidade central a que está subordinada”. E completou asseverando que a atitude deste sindicato merecia “ser seguida pelas demais instituições classistas de nossa terra<sup>XXXII</sup>”.

Outros sindicatos sergipanos também organizaram comissões com a finalidade de ajudar a FEB. Em 29 de setembro de 1944, o *Correio* noticiou que essas comissões (incluindo a do Sindicato dos Estivadores de Aracaju) se uniram e instituíram a “Comissão de Ajuda às Forças Expedicionárias”. Essa comissão “constituiu-se assim em órgão centralizador das atividades que, para o mesmo fim, se desenvolveram nas várias entidades sindicais de empregados<sup>XXXIII</sup>”. Um membro de cada sindicato foi direcionado a compor essa comissão, que ficou assim organizada:

Manuel Francisco de Oliveira – Pelo Sindicato de Estivadores de Aracaju.  
João Pereira Gravatá – Pelo Sind. Dos Trabs. Na Indústria de Fiação e Tecelagem de Aracaju.  
Artur Barbosa – Pelo Sindicato de Oficiais Gráficos de Aracaju.  
Francisco Nery de Santana – Pelo Sindicato dos Contramestres, Marinheiros, Moços e Remadores em Transporte Marítimos – Delegacia de Aracaju.

## A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

Idalicio Costa – Pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Aracaju.

Benedito Malaquias da Hora – Pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Aracaju.

José Corrêa Filho – Pelo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de Aracaju.

Joaquim Souza Santos – Pelo Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas de Aracaju<sup>XXXIV</sup>.

A comissão enviou a CE a importância de 2. 894,00 cruzeiros. Não obstante, essa não foi a única comissão organizada com o fim de ajudar a FEB em Sergipe. Em 16 de novembro de 1944, em uma reunião na Escola Normal Rui Barbosa, foi constituída a “Comissão Central de Ajuda ao Corpo Expedicionário” ou “Comissão Central de Ajuda em Sergipe à Força Expedicionária Brasileira”, sob iniciativa do político, empresário e engenheiro civil, Orlando Dantas. Essa comissão tinha a finalidade de dirigir as atividades para a obtenção de donativos para a “Campanha das Meias e Gorros de Lã, Sweeters e Cigarros” que seriam direcionados às tropas brasileiras que estavam em combate na Europa. A diretoria dessa comissão central de ajuda apresentava a seguinte composição:

José de Alencar Cardoso [o professor ficou como presidente]

Armando Leite Rolemberg [secretário]

Arivaldo Prata [tesoureiro]

Orlando Dantas

José Vieira Vasconcelos

Elíbio Rocha

Walter Vigio

Joaquim Sabino Ribeiro

Artur Barbosa

Nilson Guimarães

Joaquim Vieira Sobral

Osman Hora Fontes<sup>XXXV</sup>

A Comissão Central de Ajuda em Sergipe à FEB tinha como patronos:

Augusto Maynard Gomes, **D. Helena N. Maynard**, presidente da Legião Brasileira de Assistência, D. José, Bispo de Aracajú, Desembargador Loureiro Tavares, Presidente do tribunal de Apelação, sr. Carlos Silveira, Presidente da Associação Comercial, Major Teodoreto Nascimento, Comandante do 28 BC<sup>XXXVI</sup>.

Para colaborar com a “Campanha das Meias e Gorros e Lã, Sweteres e Cigarros”, o professor Joaquim Sobral, membro da Comissão Central de Ajuda, organizou na tarde do sábado, dia 25 de novembro de 1944, uma passeata com os estudantes do Colégio Estadual de Sergipe para angariar donativos entre os comerciantes da capital, nesta tarde foram arrecadados a quantia de 1.736,60 cruzeiros<sup>XXXVII</sup>.

## A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD



Estudantes do Colégio Estadual de Sergipe. Fonte: SERGIPE JORNAL, 28/11/1944. p.4.

Além da contribuição dos alunos do Colégio Estadual de Sergipe, também foram registradas inúmeras contribuições: as “senhoras e senhoritas de todas as classes sociais de Sergipe” ofereceram “seus serviços, acorrendo aos postos distribuidores de lã”; as professoras do “Curso de Aperfeiçoamento”, imitando “o gesto das suas colegas, estaduais e municipais” do Curso de Férias, tomaram “a seu cargo várias confecções de lã”; as Industrias Gráficas Honorato ofereceram gratuitamente “1.500 boletins de propaganda”; os “membros da Comissão de Ajuda ao Soldado Combatente, estudada pelo Sindicato dos Estivadores de Aracaju, apoiada pelo Sr. Interventor Federal deste Estado e com a colaboração de mais 7 (sete) Sindicatos”, também manifestaram sua disposição em “colaborar junto a essa Comissão<sup>XXXVIII</sup>”

A indústria açucareira também colaborou com a “Campanha das Meias e Gorros e lã, Sweteres e Cigarros” – além da contribuição de dois mil cruzeiros da Cooperativa dos Usineiros de Sergipe, o sindicato da Classe e o seu presidente, Walter Franco, também doaram mil cruzeiros cada um<sup>XXXIX</sup>. O Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria no Estado de Sergipe contribuiu com 500 cruzeiros<sup>XL</sup>. Também houve a contribuição de 500 cruzeiros do “Stalingrado Foot Baal Club”, sob a direção de José Antonio Chagas, José Vicente Silva, Manoel Messias Marcos e Luiz Correia Lima – esse dinheiro foi arrecadado numa “matiné dançante” promovida pelo Club, em 24 de dezembro de 1944, em benefício da FEB<sup>XLI</sup>.

De acordo com o *Sergipe Jornal*, em função da Comissão Central de Ajuda a FEB, surgiram vários núcleos de tricô para a confecção de agasalhos. Esses núcleos estavam sob a direção das seguintes senhoras e senhoritas: “Dona Ester Vasconcelos; Senhora José Garcez Vieira; Senhora Manoel Vasconcelos; Senhora José Vasconcelos; Senhorita Ana Hora Prata; Senhorita Maria Lucia Alvares<sup>XLII</sup>” – observemos que as mulheres casadas foram referenciadas a partir dos nomes dos seus maridos.

Conforme podemos constatar esses núcleos existiam na capital e no interior, a exemplo do núcleo de Simão Dias que, sob a direção de Deuzinha Ferreira, entregou à Comissão Central de ajuda a FEB “14 pares de meia, 2 blusões, 1 gorro e 1 cachecol<sup>XLIII</sup>”. Em

## A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

Marum, foi instalada, em 25 de novembro de 1944, uma Comissão de Ajuda à FEB, tendo como membros o vigário da cidade, “Pe. Luiz Gonzaga Passos”, “Dr. Joaquim Valença Leite, sr. José Maynard, d. Elze Sobral e sr. Elito Menezes Siqueira<sup>XLIV</sup>”. Entre o final de janeiro e início de fevereiro de 1945, foi realizada nessa cidade uma festa em benefício da FEB, resultando na aquisição de 172,30 cruzeiros repassados para a Comissão Central de Ajuda. Também foram arrecadados pela Comissão local a quantia de 450,50 cruzeiros. Além disso, foi noticiado que a Comissão Central de Ajuda remeteu 241 agasalhos de lã a “Liga de Defesa Nacional”, situada no Rio de Janeiro<sup>XLV</sup>.

Até onde pesquisamos, com exceção do patronato de Helena Maynard, a participação da Comissão Estadual de Sergipe na “Campanha das Meias e Gorros de Lã, Sweeters e Cigarros” não é clara. Porém, na forma como foi organizada e no ato de mobilização das mulheres para trabalhar em favor da campanha, podemos perceber traços comuns da Legião. Além disso, tanto os dirigentes da Comissão de ajuda a FEB – organizada pelo Sindicato dos Estivadores de Aracaju, como os representantes do “Stalingrado Foot Baal Club” informaram que os donativos arrecadados seriam enviados a CE<sup>XLVI</sup>. Assim, podemos trabalhar com a hipótese de que a CE possa ter atuado como intermediária dessas ações e/ou receptoras das doações que seriam repassadas à Força Expedicionária.

Helena Maynard, individualmente, também se mostrou uma corrente colaboradora da Legião, patrocinando eventos para angariar fundos para a instituição, como o festival artístico da “Companhia de Comédias Barrêto Junior”, realizado no Cineteatro “Rex”, no dia 8 de setembro de 1942, no qual foram arrecadados três contos e seiscentos mil réis doados à LBA<sup>XLVII</sup>.

Em 1944, Maynard também patrocinou a festa “Sonho de Verão” – um “show, com cantos, danças, bailados, etc.” realizado “em benefício do Natal das Famílias dos Soldados Expedicionários Brasileiros”, “organizado e com a participação de distintas senhoras, senhoritas e cavalheiros da nossa sociedade, e contando com o concurso de duas afinadas orquestras com vasto e escolhido repertório”. Essa festa ocorreu no dia 16 de dezembro, no “salão superior do Edifício Macêdo”, na capital sergipana<sup>XLVIII</sup>.

Nos atos de Helena ocorre uma evidente tentativa da imprensa local para promover a imagem da personagem, colocando-a como um sinônimo de exemplo e dedicação – à frente da CE, ela deveria ser um modelo a ser seguido. Na verdade, esses benfeitores além de praticarem “sadios princípios de brasilidades”, que deveriam ser reproduzidos pelos demais sergipanos, também promoveram com seus “atos de patriotismo” o nome de suas famílias e dos seus respectivos empreendimentos/sindicatos/associações – ao que parece, ajudar o país no esforço de guerra mostrou-se uma proveitosa forma de autopromoção.

### Os serviços e ações desenvolvidos pela CE

Entre os serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual da LBA de Sergipe estavam a inscrição dos soldados da FEB e suas famílias. Quando o convocado se apresentava à Comissão, era preenchido uma “ficha de inscrição” com seus dados e os dados de seus dependentes, em seguida uma “visitadora” comparecia em sua residência a fim de colher as informações necessárias. Quando essas informações eram compatíveis com os dados fornecidos pelo soldado, a família recebia uma autorização para comparecer semanalmente à CE para receber alimentos<sup>XLIX</sup>.

O fornecimento dos alimentos se dava seguindo uma tabela, “organizada tendo em vista a quantidade de cada alimento (carne, farinha, feijão, etc.), necessária a uma família de três, quatro, cinco pessoas etc.” – Esse fornecimento ocorria através de “um cartão de

## A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

racionamento”, instituído em conformidade com essa tabela de alimentos, que também servia para controlar o estoque de gêneros. Esse mesmo processo também corria nos CM, porém as fichas de inscrições eram enviadas da CE para os Centros<sup>L</sup>. As fichas também serviam como mecanismo de controle para o 28º Batalhão de Caçadores<sup>LI</sup>.

Conforme o *Correio*, a LBA de Sergipe atendia a mais de 1.500 famílias, totalizando uma média de 7.000 pessoas. Apenas em Aracaju eram assistidas 915 famílias dos convocados e, no interior, haviam 612 famílias. Além dessas, seguindo ordens de Helena Maynard, outras “72 famílias necessitadas” também recebiam quinzenalmente gêneros da Comissão e, semanalmente, mais 62 recebiam “cartões de auxílios diversos”<sup>LII</sup>.

Para os “filhos e irmãos menores dos convocados”, o “Lactário Helena Maynard” distribuía 1.185 litros de leite. Para as crianças sob regime especial, prescrito em função do estado de saúde, a Comissão fornecia “Leite Condensado, Arrozina, Eledon, Nessucar e Molico”. Às crianças e jovens também eram entregues roupas confeccionadas na “Divisão de Costura” da CE ou nas residências de famílias colaboradoras. Conforme Simili, “nas espécies de roupas produzidas para homens, mulheres e crianças, embute-se um dos conceitos e práticas assistenciais: remediar os problemas sociais com distribuição de artefatos que pudessem ajudar a minorar o sofrimento das mães e crianças afetadas pela guerra”<sup>LIII</sup>.

A CE também prestava assistência médica, sob responsabilidade dos drs. Osvaldo Barreto Dantas, Lauro Porto, Carlos Souto e Walter Cardoso (esses dois últimos também eram professores do Curso de Alimentação). E ainda, fornecia aos pacientes os remédios que os médicos receitavam e, quando necessário, financiava a hospitalização de membros da família dos convocados<sup>LIV</sup>. Em 24 de fevereiro de 1944, foi noticiada a inauguração na sede da CE do Posto de Assistência Médica da LBA, cujas instalações também incluíam uma seção de farmácia<sup>LV</sup>.

A Comissão mantinha, desde outubro de 1943, um “Departamento Jurídico”, dirigido pelo 2º Promotor Público de Aracaju, Paulo Costa – em fevereiro de 1945, Costa foi substituído por João de Araújo Monteiro. Esse Departamento efetuava de forma gratuita vários registros, principalmente os registros civis de nascimento (eram 70 por dia). Além de prestar assistência judiciária a todos os setores, esse Departamento também realizava casamentos – no natal de 1943, foram realizados 72 matrimônios<sup>LVI</sup>. A oficialização dos casamentos não era uma ação despretensiosa do Estado:

Os órgãos estatais se apoiavam no discurso da classe ascendente de profissionais liberais que serviam ao Estado, tais como profissionais da saúde, legisladores e juristas. Esses profissionais defendiam um modelo de casamento moderno e higiênico, origem das famílias e das relações estáveis, saudáveis e felizes. Para isso foram promovidos meios sutis de controle e persuasão a partir das escolas, dos serviços médicos e, principalmente, da assistência social. O Estado procurava promover e legitimar o casamento e a família nuclear como instituições naturais e socialmente necessárias para todas as classes<sup>LVII</sup>.

Assim, através do Departamento Jurídico (e dos outros setores das CE), o Estado colocava em ação seus mecanismos de controle social, procurando estabelecer a padronização das famílias assistidas, de acordo com a idealização de família nuclear projetada pelos intelectuais apoiadores do Estado Novo.

Essa perspectiva de padronização não se restringia apenas a forma de organização familiar, alimentação e hábitos de higiene, mas também um ideal de beleza e de corpo. No Estado Novo, a partir de referenciais eugênicos, foi pensado um “novo homem” tanto no que dizia respeito a sua conduta moral, como em relação ao seu corpo. “Na capital sergipana, durante o Estado Novo (1937-1945), os principais gerentes desta pedagogia normatizadora

## A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

dos corpos foram o Clero, o DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda) e os Serviços de Saúde Pública Municipal e Estadual<sup>LVIII</sup>, esses “gerentes” promoviam “eventos de apologia racial”, como a semana da criança, dia da Saúde, jogos de verão, corrida de atletismo etc.

O uso de eventos para propagar a perspectiva de corpo ideal também foi um recurso utilizado pela CE de Sergipe: Como parte das festividades da semana da criança, a Comissão promoveu o “Concurso de Robustez Infantil”, em 15 outubro de 1944 e em 12 de outubro de 1945, com premiação para a criança que mais se enquadrasse a esse padrão<sup>LIX</sup>

Na semana da criança, a Comissão também entregou registros civis de nascimento a crianças carentes (500 registros em 1944) e repassou donativos para “diversas instituições de assistência social<sup>LX</sup>”, foram distribuídos “donativos as instituições de Proteção à Maternidade, à Infância” – Havia na CE um Serviço de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência, sob a direção do dr. Lauro Dantas Hora<sup>LXI</sup>. Na semana da criança de 1945, a Comissão também promoveu um “Torneio Educativo”.

Voltando ao Departamento Jurídico, segundo Barbosa, esse setor também prestava o serviço de “manutenção de 50% dos salários dos homens convocados para a guerra, destinados para suas famílias” (2017, p.116). Daí a necessidade das famílias dos soldados da FEB estarem inscritas da Legião – a instituição foi organizada de forma a tornar essas famílias, sob vários aspectos, dependentes dos seus serviços.

A CE também ofertava um “Curso de Alimentação da Legião Brasileira de Assistência”, tendo como professores a enfermeira Maria Luiza de Carvalho e os drs. Walter Cardoso e Carlos Souto. No ano de 1943 esse curso formou 14 monitoras<sup>LXII</sup> e, no ano seguinte, uma segunda turma também foi formada, mas não informaram o quantitativo de monitoras<sup>LXIII</sup>. Se esse curso era destinado unicamente às voluntárias ou se abria espaço para as mães das famílias assistidas, não sabemos afirmar.

Segundo o *Correio*, a presidente da CE, Helena Maynard, planejava abrir uma escola de profissionalização feminina:

A iniciativa é, não há dúvida, das mais elogiáveis, pois dará às crianças e jovens do sexo feminino em Sergipe maiores possibilidades de adquirir conhecimentos necessários ao exercício das variadas profissões que acordam com o temperamento e a mentalidade da mulher.

A escola será construída nesta cidade, num terreno situado entre as ruas de Santa Luzia, Riachuelo e Espírito Santo, que o Governo do Estado foi, por decreto-lei publicado sábado, autorizando a adquirir, para doação à LBA<sup>LXIV</sup>

Dois aspectos chamam atenção nessa nota. Primeiro, a questão da reprodução da ideologia dos papéis sociais, atribuindo a mulher atividades dentro do seu “temperamento e mentalidade”; o segundo aspecto é a relação evidente entre a CE e o Governo do Estado, simbolizando a parceria entre os sexos – evidenciando a escolha estratégica das primeiras-damas para presidentes das comissões e centros da LBA, e ainda promovendo a imagem de ambos, interventor e esposa. Não foi possível confirmar se esses cursos saíram do plano das ideias.

Na divulgação dos serviços da CE, nota-se o evidente esforço da imprensa local para promover a imagem da personagem Helena Maynard, colocando-a como um sinônimo de “exemplo e dedicação”:

D. Helena Maynard, apoiada pelo Interventor Maynard, está, como dissemos, dando à Legião o melhor dos seus esforços e sentimentos. Dedicada, bôa, amiga, a Presidente da Comissão Estadual da LBA, que diariamente comparece à sede da **sua**

# A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

organização, atende com solicitude e carinho a quantos procuraram. E, muitas vezes, conversa demoradamente com uma mãe de um soldado, procurando compreender as suas necessidades e problemas<sup>LXV</sup>.

Temos aqui mais um reforço dos papéis sociais: os adjetivos “dedicada, boa e amiga” empregados a Helena, são próprios do ideal de natureza feminina imposto na época – a construção da personagem foi feita no sentido de reforçar o papel empregado ao sexo feminino: a presidente era um referencial a ser seguido. Além disso, chama atenção o fato da CE ter sido apresentada como “sua”, colocando-a como posse da primeira-dama – assim, os serviços da Comissão (instituição) são atribuídos como se fossem de autoria de Helena (indivíduo). É visível que a posição de Helena Maynard na Legião foi usada para promovê-la e a seu marido (os jornais frequentemente procuravam registrar o apoio do interventor). Tanto a nível estadual, como nacional, podemos perceber o uso dos serviços assistências da Legião para promover e legitimar os governantes.

## Os usuários da Comissão Estadual da LBA de Sergipe

Existe um importante personagem, ao qual tivemos pouco ou nenhum acesso – visto que, nos jornais sua voz foi representada por terceiros e de forma homogênea – trata-se do povo, mais especificamente, os usuários da Comissão Estadual da LBA de Sergipe. Observemos a seguir uma dessas representações:

No parque, diariamente, aquela multidão, Velhas com caras de vida em sofrimento, mulheres de meia idade que as amarguras da existência sacos, outras levando embrulhos, e crianças, muitas crianças, conduzindo garrafinhas de leite. Entravam naquele prédio largo, cujos salões já foram de baile, de música, de alegria restrita, entravam de mãos vazias e saíam assim, satisfeitos todas<sup>LXVI</sup>.

Nesse prisma, o povo foi aquele cujo a CE atendeu de prontidão em suas necessidades, saciou sua fome, vestiu suas crianças, tricou agasalhos para aquecer seus maridos e filhos no frio da Europa. Analisando os serviços prestados pela Comissão de Sergipe, durante a Segunda Guerra Mundial, é possível perceber que eles foram, sobretudo, de caráter assistencialistas, voltado para atender às necessidades emergenciais ou imediatas das pessoas assistidas. Longe de significar um direito social, a assistência nesse período foi retratada como um “ato de vontade<sup>LXVII</sup>”.

Segundo Simili, “ao buscarem a assistência prestada pela instituição, as mulheres dos soldados caíam nas malhas e garras institucionais, tornando-se delas dependentes e cúmplices<sup>LXVIII</sup>”. A relação de dependência do povo para com a instituição é percebida em algumas notícias, nas quais foi constante a narrativa sobre a procura diária de pessoas carentes pela CE – como uma multidão que se concentrava na frente do “antigo prédio do Recreio Club<sup>LXIX</sup>”. Mulheres e crianças eram os principais usuários dos serviços da Legião e, como já sabemos, nem todos eram familiares dos expedicionários.

Possivelmente por conta do controle do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), esses usuários foram apresentados como indivíduos passivos e necessitados, que estavam “satisfeitos” com os serviços da LBA – numa evidente tentativa de homogeneizar a massa. Mas foi possível perceber ao menos uma fuga desse padrão: o *Correio*, na seção de “Fatos Policiais”, registrou a briga entre duas mulheres, “Anete Freire de Andrade e Josefa Santos, aquela de 21 anos de idade e esta de 19, ambas de vida livre” que se agrediram verbal e fisicamente “por causa de uns prêmios recebidos por uma das duas da ‘L.B.A. LXX’”. Naquele período, a expressão “vida livre” era empregada como sinônimo de prostituta. Essas mulheres lutaram corpo a corpo em

## A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

um espaço público, contrariando a perspectiva da dona de casa, frágil, dócil, amável, amiga, abnegada... configurando o oposto do ideal de mãe e esposa almejado pelo Estado. Dessa forma, a relação dessas mulheres com a Legião chama atenção por elas não estarem dentro do seu perfil de pessoas assistidas (talvez elas fossem usuárias eventuais dos serviços dessa instituição).

Ainda sobre essa dependência, é importante observar que naquele período a condição de vida dos setores populares era precária, com a classe operária sob crescente exploração promovida pelas indústrias (que tinham o consentimento, cooperação e cumplicidade do Estado, através do modelo corporativista). Com o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a situação das classes populares piorou<sup>LXXI</sup>. O esforço de guerra exigiu muito da população, sob o pretexto de “dever para com a pátria”, o povo viveu sob constante privação e controle.

A contradição de ir para o exterior lutar pela democracia, enquanto internamente o país vivia em uma ditadura, não demorou a ser percebida e explorada pelos opositores de Vargas. Na medida que o Estado Novo entrava em decadência, os “ruídos”, reprimidos pelo governo, foram ganhando força. Com a extinção do DIP e DEIP, em maio de 1945, o fim da guerra e as proximidades das eleições, esses ruídos tornaram-se vozes a atacar Getúlio Vargas e seus aliados. É nesse momento que foi possível perceber as críticas ao governo e suas instituições.

Talvez por ter se tornado popular entre a massa, a CE sergipana foi bastante criticada no último ano da guerra. Os jornais passaram a denunciar o uso da Comissão como Posto Eleitoral, “sede de partido político<sup>LXXII</sup>”, na qual os serviços da LBA eram usados para angariar votos. Conforme podemos observar a seguir:

Vamos cuidar do povo, meus senhores.

Vamos evitar o triste quadro dos esmoleres às dezenas nas árvores do Parque Teófilo Dantas, crianças mirradas morrendo de fome, enquanto, lá defronte, na Legião Brasileira de Assistência, esquecida a pobreza, deslemburada a miséria humana, só se trata de política, de fornecer carteira de Identidade e Profissionais a eleitores, distribuindo dinheiro á farta com os que nunca se fartam de prestígio e de vantagens econômicas.

Vamos ver se a LBA volta à sua antiga finalidade, deixando de lado a política, porque assim não está certo<sup>LXXIII</sup>.

Com o retorno dos expedicionários, a situação da LBA ficou ainda mais difícil: começaram a surgir depoimentos sobre a ineficiência do serviço. Para desconstruir uma instituição representada por uma mulher, nada melhor do que outra, assim, o *Correio* promoveu a imagem das enfermeiras sergipanas que retornaram do *front*. A tenente-enfermeira Lenalda Campos foi a primeira a regressar, junto com o sargento Edson Moura Barreto, ela participou de uma sessão no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), na qual contou sua experiência na guerra. Quando perguntaram a Lenalda se os donativos angariados “chegaram às mãos dos pracinhas? ”, esta “ respondeu negativamente”. O jornal afirmou ainda que:

Outra pergunta foi se de fato os combatentes brasileiros recebiam da Legião Brasileira de Assistência coisas de utilidade para aqueles momentos de guerra.

Mais uma vez a resposta foi negativa, sendo que Lenalda acrescentou que até os cigarros enviados pela LBA para os nossos irmãos, eram de pior qualidade<sup>LXXIV</sup>.

Quando a tenente-enfermeira Jane Simões foi entrevistada, a mesma respondeu que recebeu da LBA um presente de Papai Noel:

Constava de uma caixa de papelão bem acondicionada. Tendo no seu

# A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

interior uma escova de dentes de madeira, um tubo de pasta Colippe, uma meia (que melhor servia para o verão carioca quando estavam em pleno inverno italiano), um lenço muito ordinário, um pedaço de sabão de côco, dois maços de cigarros Ritz e dois outros de cigarros Jangada (penso que nem os jangadeiros conheciam esta marca).

– E estes cigarros eram bons, Jane?

– “Não, os provei, porém ofereci a italianos que viviam catando pontas de cigarros pelas ruas e um deles, depois de dar o que se chama na gíria a primeira tragada, olhou pra mim meio sufocado e disse: Non bonno, signorina<sup>LXXV</sup>”

Muitos pracinhas acusaram a Legião de enviar para eles “coisas inúteis e até ridículas”, José Pereira Sobrinho declarou que os cigarros que recebeu “eram dos piores que existiam no Brasil, como Jangada e Olinda, por exemplo. Tão ruins e tão velhos, que os italianos não queriam nem para matar formigas. Tão ruins e tão velhos que o nosso comandante mandou fazer uma fogueira”. No entanto, nem todos os pracinhas quiseram se pronunciar sobre o tema, José da Silva, por exemplo, afirmou que era pequeno, portanto não queria “falar de gente grande, dando a compreender com esse gesto que nada recebeu<sup>LXXVI</sup>”.

Infelizmente, mesmo com a extinção do DIP e do DEIP, os únicos discursos aos quais tivemos acesso foram os das enfermeiras e dos pracinhas. Os demais usuários da Legião, as famílias que a instituição assistia regularmente, não foram entrevistados. Os jornais, evidentemente, enxergaram nos heróis de guerra maior publicidade. Livre do controle desses Departamentos, cada um tratou de defender seus interesses e levantar suas bandeiras.

## Considerações finais

Como vimos, além de orientar, dirigir, coordenar e expedir as normas dos Centros Municipais, a CE de Sergipe também desenvolveu campanhas, prestou serviço as famílias assistidas e captou para o movimento o apoio de pessoas e instituições particulares. As ações da Comissão foram principalmente de caráter assistencialista, voltadas para suprir necessidades imediatas, gerando dependência dos usuários para com a instituição. Esses usuários não se restringiam a apenas famílias dos convocados, foi dado espaço para outras pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Observamos que as ações e serviços da Comissão foram divulgadas pela imprensa de modo a destacar a presidente da instituição e seu esposo, popularizando e legitimando o governo do estado – Talvez por isso, a LBA tenha sido alvo de duras críticas com o processo de desestruturação no Estado Novo.

Críticas à parte, a LBA foi fundamental para a implantação e organização da assistência social a nível nacional, permanecendo na atividade por mais de 50 anos. De modo que, no tempo presente, é possível perceber práticas remanescentes dessa instituição. Por exemplo, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que opera nos municípios e Distrito Federal, realiza atividades como atendimento institucional, visita domiciliar, orientação e viabilização do acesso dos usuários a programas, benefícios, projetos e serviços, como o serviço Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). A família, nos seus diversos arranjos, permanece sendo o foco da assistência social.

Em Sergipe, as pesquisas sobre a CE ainda estão no início, são tímidas, mas o campo é bastante frutífero. É de suma importância que as pesquisas continuem, tanto para conhecermos a história da instituição e sua contribuição para a assistência social, como para aprendermos um pouco sobre a história das mulheres que se envolveram com a instituição, seja como presidente, voluntária ou usuária.

# A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

## Notas:

<sup>I</sup> Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto "O Pearl Harbor brasileiro: cotidiano em Sergipe na Segunda Guerra (1942-1945)", apoiado pelo CNPq através dos Editais - MCTIC/CNPqNº 28/2018 e CNPq Nº 12/2016.

<sup>II</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS). E-mail: [nahuzuki@outlook.com](mailto:nahuzuki@outlook.com)

<sup>III</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor colaborador no Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS (PPGED/UFS).

<sup>IV</sup> IAMAMOTO; CARVALHO, 2007

<sup>V</sup> Segundo conta no Relatório Bial (1942/1944, p. 11) as atribuições dos vogais eram “[...] propriamente de fundo burocrático, como sejam: protocolo, expedição, arquivo; e esta, com aqueles encargos normalmente confiados a tais dependências, vale dizer pagadoria, recebedoria, contabilidade e almoxarifado.” Cf. BARBOSA, 2017, p. 88

<sup>VI</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 19/09/1942, p. 4; FOLHA DA MANHÃ, 19/09/1942, p.4.

<sup>VII</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 30/09/1942, p.5

<sup>VIII</sup> Ibidem, p. 6

<sup>IX</sup> FOLHA DA MANHÃ, 03/10/1942, p.4

<sup>X</sup> Idem

<sup>XI</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 13/10/1942, p. 5

<sup>XII</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 12/10/1942

<sup>XIII</sup> SIMILI, 2012.

<sup>XIV</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 12/10/1942, p. 7

<sup>XV</sup> FOLHA DA MANHÃ, 04/11/1942, p.4

<sup>XVI</sup> FOLHA DA MANHÃ, 18/11/1942, p.4

<sup>XVII</sup> SIMILI, Op.cit, p. 171.

<sup>XVIII</sup> Idem

<sup>XIX</sup> CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3

<sup>XX</sup> CORREIO DE ARACAJU, 21/03/1944, p.4

<sup>XXI</sup> SIMILI, Op.cit, p. 171

<sup>XXII</sup> Idem

<sup>XXIII</sup> CORREIO DE ARACAJU, 26/08/1944, p.2

<sup>XXIV</sup> BOLETIM DA LBA, jan. 1945, p.3 apud SIMILI, 2008, p. 176

<sup>XXV</sup> CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3

<sup>XXVI</sup> SERGIPE JORNAL, 21/12/1944, p. 4

<sup>XXVII</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 12/09/1942, p. 4

<sup>XXVIII</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 21/09/1942, p. 4

<sup>XXIX</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 23/09/1942, p. 3

<sup>XXX</sup> FOLHA DA MANHÃ, 03/12/1942, p. 3

<sup>XXXI</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 14/09/1942, p. 3

<sup>XXXII</sup> CORREIO DE ARACAJU, 24/07/1944, p. 4

<sup>XXXIII</sup> CORREIO DE ARACAJU, 29/09/1944, p. 4.

<sup>XXXIV</sup> Idem

<sup>XXXV</sup> CORREIO DE ARACAJU, 21/11/1944, p.4

<sup>XXXVI</sup> CORREIO DE ARACAJU, 28/11/1944, p.1 [grifo nosso]

<sup>XXXVII</sup> SERGIPE JORNAL, 27/11/1944, p.4

<sup>XXXVIII</sup> CORREIO DE ARACAJU, 07/12/1944, p.4

<sup>XXXIX</sup> CORREIO DE ARACAJU, 09/12/1944, p. 6

<sup>XL</sup> SERGIPE JORNAL, 13/12/1944, p. 4

<sup>XLI</sup> CORREIO DE ARACAJU, 21/12/1944, p. 5; 30/12/1944, p.6

<sup>XLII</sup> SERGIPE JORNAL, 09/12/1944, p. 4

<sup>XLIII</sup> CORREIO DE ARACAJU, 04/01/1945, p.6

<sup>XLIV</sup> CORREIO DE ARACAJU, 28/11/1944, p.1

<sup>XLV</sup> CORREIO DE ARACAJU, 15/02/1945, p. 4

# A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

- 
- XLVI CORREIO DE SERGIPE, 21/12/1944, p.5  
XLVII DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 22/09/1942, p.4  
XLVIII (CORREIO DE ARACAJU, 24/11/1944, p.4; 19/12/1944, p.4)  
XLIX CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 4  
L Idem  
LI CORREIO DE ARACAJU, 23/07/1945, p.6  
LII CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3  
LIII SIMILI, op.cit, p.188  
LIV CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3  
LV CORREIO DE ARACAJU, 24/02/1944, p. 4  
LVI CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3  
LVII BESSE, 1999 apud BARBOSA, 2017, p. 100  
LVIII MAYNARD, 2013, p. 59-60  
LIX SERGIPE JORNAL, 16/10/1944, p. 4; CORREIO DE ARACAJU, 08/10/1945, p. 4  
LX SERGIPE JORNAL, 16/10/1944, p. 4  
LXI CORREIO DE ARACAJU, 08/10/1945, p. 4  
LXII CORREIO DE SERGIPE, 20/01/1944, p. 3  
LXIII CORREIO DE ARACAJU, 09/11/1944, p.4  
LXIV CORREIO DE ARACAJU, 10/01/1944, p.4  
LXV CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 3 [grifo nosso]  
LXVI CORREIO DE ARACAJU, 20/01/1944, p. 4  
LXVII SPOSATI, 2005  
LXVIII SIMILI, Op.cit, p.185  
LXIX SERGIPE JORNAL, 18/09/1944, p.4  
LXX CORREIO DE ARACAJU, 22/12/1944, p.6  
LXXI IAMAMOTO; CARVALHO, 2007  
LXXII CORREIO DE ARACAJU, 07/04/1945, p. 6  
LXXIII SERGIPE JORNAL, 07/04/1945, p. 4  
LXXIV CORREIO DE ARACAJU, 21/08/1945, p. 4  
LXXV CORREIO DE ARACAJU, 27/08/1945, p. 4  
LXXVI CORREIO DE ARACAJU, 04/09/1945, p. 4

## Fontes:

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE (de setembro a outubro de 1942).

CORREIO DE ARACAJU (1943 a 1945).

FOLHA DA MANHÃ (de agosto a dezembro de 1942).

SERGIPE JORNAL (1944 a 1945).

BRASIL. **Estatutos da Legião Brasileira de Assistência. Rio de Janeiro, 1942.** Documento do arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=FGV\\_AVAP\\_VPU&PagFis=4004&Pesq=](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=FGV_AVAP_VPU&PagFis=4004&Pesq=)>. Acesso em 19/05/2018.

## Referências

BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): O protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946).** Tese (Doutorado em História) apresentada ao Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Centro de**

A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

NAÉDJA DA SILVA  
DILTON CÂNDIDO S. MAYNARD

---

**Referênciade Assistência Social – CRAS.** Disponível no endereço eletrônico: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>> Acesso em: 01/09/2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1995/medidaprovisoria-813-1-janeiro-1995-377320-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20/07/2018.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação história-metodológica. 21ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. “As Feias têm direito à Felicidade”: Aracaju e a apologia corporal. In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos; MAYNARD, Andreza Santos Cruz (Orgs.). **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe.** São Cristóvão: UFS, 2013.

MOURA E SILVA, Jayme de; DUARTE, Paulo Roberto dos F. S. **As origens da LBA.** Boletim Memória da Assistência Social. Vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação Legião Brasileira De Assistência, 1977. Documento do arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=FGV\\_AVAP\\_VPU&pasta=AVAP%20vpu%20lba%201977.03.29](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=FGV_AVAP_VPU&pasta=AVAP%20vpu%20lba%201977.03.29)> Acesso em 19/05/2018.

OLIVEIRA, Marlíbia Raquel de. Expedicionários sergipanos: o antes de ir e o regressar da guerra. In: MAYNARD, Andreza S. C.; BARBOSA, Caroline de Andrade; e MAYNARD, Dilton C. S. (Orgs.). **Segunda Guerra:** Histórias de Sergipe. Recife: EDUPE, 2016.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política:** a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Políticas de Gênero na Segunda GuerraMundial:** As roupas e a moda feminina. Acervo, Rio de Janeiro, v. 25, nº2, p. 121-142, Jul./Dez. 2012.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et. Al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras:** Uma questão de análise. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A menina LOAS:** um processo de construção da Assistência Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.